



# Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraidin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volodimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdormiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cahn Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1992**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As quinze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes a Senhora Deputada Lygia Pupatto e o Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 1328**

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 62/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, dos salários do pessoal regido pela CLT, assim como da remuneração dos servidores militares do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05 (cinco), de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01.**

**AO PROJETO DE LEI Nº 226/92**

Os artigos 8º e 13º "caput" passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 9.109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º, da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 13º - Fica instituída a gratificação a ser atribuída, exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de auditor no valor de Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo."

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, José Artur Ritti, João Arruda, Neivo Beraldin e Lourenço Fregonese.

**JUSTIFICATIVA:**

Na Emenda Substitutiva Geral, foram suprimidas e trocadas expressões da proposta original. No artigo 8º foi suprimido

parte do texto original, o qual ditava: "da lei nº 9.109 de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º...". Já no artigo 13º, a palavra "auditor" foi trocada por "ouvidor".

**EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 02.**

Art. Único - Na Tabela de correlação constante do anexo III, do Projeto em tela, na classe "apoio", proceda-se à seguinte modificação:

"Auxiliar Técnico de Topografia - XS20 - D, para Auxiliar Técnico de Topografia - XM41 - E", leia-se:

"Auxiliar Técnico de Topografia - XS20 - D, para Auxiliar Técnico de Topografia - XM41 - F".

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) Orlando Pessuti

Apoio: Renato Adur, Severino Félix, Dobrandino Silva e Eurides Moura.

**EMENDA SUBSTITUTIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 03**

Substituir no § 1º do art. 12 do Projeto de Lei nº 226/92 a expressão "Decreto" por "Lei".

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Albino Corazza, Cezar Silvestri, Heinz Herwig, Paulo Maia, Nelson Justus, Mário Bezerra, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Luiz Carlos Alborghetti, José Arthur Ritti, Antônio Annibelli e Ovídio Constantino.

**EMENDA SUBSTITUTIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 04**

Substituir no § 1º do art. 13 do Projeto de Lei nº 226/92 a expressão "Decreto" por "Lei".

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Heinz Herwig, Nelson Justus, Albino Corazza, Cezar Silvestri, Paulo Maia, Mário Bezerra, Algaci Túlio, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Annibelli, Ovídio Constantino e Colombino Grassano.

**EMENDA MODIFICATIVA  
DE PLENÁRIO, DE Nº 05**

Artigo 1º - O Artigo 14 do Projeto de Lei 226/92 terá a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever, mediante Lei, gratificações de atividades aos seus servidores, para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no Art. 33, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.08.92.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Emilia Belinati, Algaci Túlio, Hermas Brandão, Doutor Rosinha, Dalton Machuca, Cezar Silvestri e Colombino Grassa-

no.

**JUSTIFICATIVA:**

A questão da isonomia dos servidores públicos estaduais é de muita relevância e interesse de toda a sociedade paranaense. Deve, portanto, passar pela apreciação dos integrantes do Poder Legislativo, para uma perfeita aferição política do atendimento ao interesse público. Caso seja a questão da isonomia tratada tão somente na esfera do Poder Executivo, alijando-se o Poder Legislativo, a sociedade paranaense corre o risco de ter implementada uma condição que atenda interesses apenas parciais.

Há substitutivo-geral da Comissão de Constituição e Justiça publicado no avulso já distribuído. Há também emenda da Deputada Emilia Belinati e Paulo Maia e uma emenda corretiva ao Substitutivo-Geral.

Vou submeter a votos o Substitutivo-Geral sem prejuízo da apreciação das emendas apresentadas. O Substitutivo-Geral tem um corretivo de redação do próprio relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Justus.

Em votação o Substitutivo Geral. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO. Com o corretivo do relator.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, eu pediria a V.Exa. que fizesse a leitura do corretivo também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lê:  
SUBEMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
SUBSTITUTIVO GERAL  
DO PROJETO DE LEI Nº 226/92.

Os artigos 8º e 13º "caput" passam a vigor com a seguinte redação:

**Art. 8º** - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 4º, da Lei nº 9.109, de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º, da Lei nº 9.373, de 24 de setembro de 1990, fica fixado em Cr\$ 4.157,06 (quatro mil e cento e cinquenta e sete cruzeiros e seis centavos), a partir de 1º de agosto de 1992 e em Cr\$ 5.116,38 (cinco mil e cento e dezesseis cruzeiros e trinta e oito centavos), a partir de 1º de setembro de 1992.

**Art. 13º** - Fica instituída a gratificação a ser atribuída, exclusivamente, aos servidores que atuam junto ao Ouvidor Geral do Estado desempenhando as atividades de auditor no valor de Cr\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil cruzeiros), a partir de 1º de agosto de 1992 e de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a partir de 1º de setembro de 1992, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

Sala das Sessões, em  
(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Na Emenda Substitutiva Geral, foram suprimidas e trocadas expressões da proposta original. No artigo 8º foi suprimida parte do texto original, o qual ditava: "da lei nº 9.109 de 06 de novembro de 1989 e o artigo 6º...". Já no artigo 13º, a palavra "auditor" foi trocada por "ouvidor".

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 226/92

Art. Único - Na Tabela de correção constante do anexo III, do Projeto em tela, na classe "apoio", preceda-se à seguinte modificação:

"Auxiliar Técnico de Topografia - XS 20 - D, para Auxiliar Técnico de Topografia - XM41 - E", leia-se:

"Auxiliar Técnico de Topografia - XS20 - D, para Auxiliar Técnico de Topografia - XM41 - F".

Sala das Sessões, em 25.08.92.

ORLANDO PESSUTI

São emendas corretivas.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para prestar uma satisfação ao Plenário com referência a essas emendas corretivas a primeira de autoria do Deputado Nelson Justus, que hoje por ocasião da reunião com o Secretário Luiz Gastão, fazendo a leitura do substitutivo apresentado, foi-nos possível constatar que, no que diz respeito ao artigo 8º, por ocasião da datilografia havia se omitido a metade de uma linha, falando-se no artigo 4º de uma lei, quando era de uma outra, esquecendo-se de mencionar o artigo 6º da outra lei mencionada e no artigo 13, se não me falha a memória, é justamente que ao invés de citar a palavra auditor falava-se em ouvidor, então foi por essa razão que solicitamos a assessoria da Mesa e essa por sua vez, ao Deputado Nelson Justus para que promovesse a correção. A correção por nós proposta no anexo 3 é fruto de uma solicitação que nos chegou ainda há instantes atrás, de parte da própria Secretaria da Administração, que pediu que se procedesse essa correção para que atendessem as necessidades das reformulações que estão sendo propostas.

Então essa é a razão das duas emendas corretivas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Substitutivo Geral com as emendas corretivas.

Vou submeter agora a emenda do Deputado Paulo Maia.

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever mediante lei, gratificações de atividades aos seus servidores para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33 para o segundo

da Constituição do Estado do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu pediria que V.Exa. nos desse um minuto para que nós pudéssemos analisar essa emenda, já que estamos tomando conhecimento dela agora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por 5 minutos.

Sessão Suspensa

Está reaberta a Sessão.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) V.Exa. está encaminhando as emendas. V.Exa. transformou o Plenário em Comissão Geral para apreciação das Emendas ou vai devolvê-las às Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. A Presidência vai submeter ao Plenário. Emenda da Deputada Emília Belinati (Lê).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, quando iniciou a Sessão Plenária na tarde de hoje nós estivemos, de certa forma, conversando com todas as Lideranças acerca de como encaminharíamos a votação na tarde de hoje. Além disto estivemos conversando com os Vice-Líderes da Bancada do PMDB e do Governo e com diversos outros senhores Parlamentares. Entendeu-se destas conversações que nós deveríamos de votar o Substitutivo proposto pela Comissão de Constituição e Justiça com as emendas corretivas que foram posteriormente apresentadas pelo Deputado Nelson Justus e por nossa pessoa. Entendemos, Sr. Presidente, que se houve um entendimento, pelo menos da maioria das Lideranças, e que nós deveríamos votar a proposta substitutiva, não há razão porque agora nós modificarmos o entendimento havido.

Se já votamos o substitutivo não há razão porque votarmos essas emendas, até porque não fazem parte do entendimento prévio e porque a emenda proposta pelo Deputado Paulo Maia diz: Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever mediante lei as gratificações e atividades aos seus servidores para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, parágrafo 2º da Constituição do Estado. Se já está previsto na Constituição e se a autorização é para que mediante lei o Governador assim proceda, nós entendemos que esta emenda é de todo inócua, porque o Governador já possui autorização prévia através da Constituição de, mediante lei, propor à Assembléia Legislativa as modificações que entenda necessário no que diz respeito aos servidores públicos. Então, estaríamos votando uma proposta que é inócua, porque ela já existe, respaldada,

inclusive, pela própria Constituição. E com referência as emendas da Deputada Emília Belinati que pretende numa delas que a gratificação aos pesquisadores, ao invés de ser também proposta, de ser instituída por S.Exa. o Governador através de decreto e da mesma forma aos auditores ligados ao Ouvidor Geral, nós entendemos que dada a particularidade destas duas situações, nós entendemos que o Governador tem que ter realmente agilidade porque são coisas específicas. Não se tratará deste assunto de forma genérica. E por esta razão nós entendemos que deva ser como veio na mensagem, como ficou no Substitutivo da CCJ que é realmente através de Decreto do Governador. Por esta razão nos encarecemos aos Senhores Deputados que votemos contrariamente as duas emendas da Deputada Emília e a emenda do Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados quando o nobre Deputado Líder do Governo, Orlando Pessuti, coloca ser inócua a nossa emenda porque o Governador já tem autorização para fazer isto, então eu não vejo porque deixar de acatar a proposta ou o Governador ter incluído na mensagem se ele já tem esta autorização. Se o Governador tem através da Constituição, como V.Exa. coloca, que tem autorização para legislar sem a necessidade de lei, eu não vejo porque de se consultar esta Assembléia.

Então está provado aí que não é verdadeira a afirmação de V.Exa. quando hoje pela manhã o próprio Secretário, Gastão, da Administração nos dizia que ele acrescentava esse artigo inspirado numa resolução do Governo Federal.

Então, há necessidade desta Casa se manifestar a respeito. Se fosse como V.Exa. coloca que a Constituição assegura, ora, eu não vejo por que também de se acrescentar um artigo onde o Governador pede autorização para instituir, através de decreto, não vejo as razões. E quando nós apresentamos essa emenda dizendo que "fica o Poder Executivo autorizado..." e aqui está conforme está propondo o próprio Governo, ele está pedindo autorização. E através da nossa emenda nós estamos procurando dar também ao Governo do Estado autorização só que ao invés do decreto que seja mediante lei. Desta forma estaremos trazendo ao conhecimento deste Poder todas as decisões do Governo em termos de funcionalismo público.

O que queremos é isso.

Por isto é que queremos deixar registrado que nossa emenda proposta ao art. 14, assim como as emendas propostas pela nobre Deputada Emília Belinati, objetiva apenas fazer com que não assinemos uma nota promissória em branco que é o decreto -

e sim venhamos a garantir a lei. Eu creio que a missão desta Casa é garantir que as questões que envolvem o Poder Executivo em termos de pessoal deve ser fiscalizado por esta Casa. E no momento em que se institui ou que se autoriza o decreto, nós não sabemos o porquê desta Casa ter a função de legislador. Estamos dando uma promissória em branco, Deputado Alborghetti, ao Governador do Estado para resolver as questões do funcionalismo.

O que nós queremos deixar bem claro é isso: não somos contrários à proposta, não somos contrários ao que o Governo está querendo, mas queremos participar dessa discussão, não através do decreto que só conheceremos depois os efeitos posteriores. Não participaremos dessas discussões.

Por isso queremos a transformação da autorização por decreto. E a única coisa que se altera na nossa proposta é isto. O restante da redação continua o mesmo do Governo: "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever mediante lei, gratificações de atividades aos seus servidores para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, § 2º, da Constituição do Estado do Paraná".

Então não vemos o porquê de ferir o direito do próprio Governador do Estado. Não. Esta Casa precisa tomar conhecimento, precisa estar atenta a essas questões em termos da vida do funcionalismo público.

A Bancada do PDT votará contra qualquer tipo de promissória em branco para o Governo do Estado para legislar sobre esse tipo de matéria por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação emenda nº 5, do Deputado Paulo Maia...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, só mais um minuto para que a gente possa esclarecer o suficiente para o Plenário da Casa.

O Deputado Paulo Maia misturou o artigo 13 com o 14, com o 12 e tentou deixar tudo como se fosse uma única coisa.

O que diz aqui?

O art. 13 - (Lê - "Fica instituída...").

Não se está passando nesse caso, Deputado Paulo Maia, um cheque em branco ao Governador porque está escrito aqui o que que será feito. Já está escrito aqui. Não é um cheque em branco.

Com referência ao art. 14, que concordamos com a votação do substitutivo que retirou este art. 14, V.Exa. sabe muito bem foi apresentado na reunião da CCJ que a nível nacional o Congresso Nacional concedeu ao Presidente Collor delegação para que ele pudesse instituir e rever gratificações.

Nós aqui no Paraná, e em atendendo ao que foi ajustado no acordo de lideranças, estamos permitindo que isso aconteça mediante uma lei.

Agora, quando digo a V.Exa. e aos Deputados desta Casa que não existe necessidade de aprovarmos uma emenda dizendo que o Governador está autorizado por lei - porque a Constituição é clara nos artigos que tratam deste assunto dizendo que é competência privativa do Governador iniciar os procedimentos legislativos, de instituir processos legislativos para estas questões. Então, o Governador está autorizado, já, suficientemente a enviar a Assembleia uma mensagem instituindo e revendo gratificações. Não precisamos nós, mais uma vez, escrever isso, porque já está escrito.

E com referência ao artigo 12, que institui a gratificação aos pesquisadores, ela diz que é nos casos e nos projetos de relevância para o Estado. Então, é uma coisa tão específica que não caberia nós ficarmos aqui discutindo tanto, porque serão coisas específicas. E é evidente que o Governo vai ter critério, pelo que disse hoje o Secretário Luiz Gastão, ao instituir isso.

Então, no caso do auditor, do artigo 13 não é cheque em branco porque está escrito qual é a gratificação. Nós estamos autorizando já, por lei, como quer V.Exa., uma gratificação. E no outro caso, não há necessidade de nós dizermos que o Governador, por lei, poderá fazer isso, porque pela Lei Maior do nosso Estado, ele já está autorizado a assim proceder.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu só queria registrar aqui, porque me havia passado despercebido, que quando o nobre Líder do Governo disse às Lideranças, que o PDT não participou desta discussão prévia. Então, não houve da nossa parte entendimento. E V.Exa. citou a maioria. Mas, nós não estávamos, também. Só para deixar bastante claro.

E quando V.Exa. diz que eu misturei 12 com 13, não. Eu acho que a proposta está bem clara. E obviamente nós nos posicionaremos contra qualquer ato do Governo que seja por decreto. Nós achamos que este Parlamento merece o respeito e vamos trabalhar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa aos Srs. Deputados que o artigo 14, que delega poderes ao Chefe do Poder Executivo para instituir e rever gratificações de atividades dos seus servidores para o fim específico de assegurar a isonomia prevista no artigo 33, parágrafo 2º, foi eliminada pelo Substitutivo Geral. Em votação a emenda do Deputado Paulo

Maia. REJEITADA.

(Lê emenda da Deputada Emília Belinati). Em votação. REJEITADA.

O SR. DR. ROSINHA - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Dezesseis (16) dos Srs. Deputados aprovam. 26 (vinte e seis) dos Srs. Deputados rejeitam. Está REJEITADA a emenda.

(Lê emenda da Deputada Emília Belinati). Em votação. REJEITADA.

A Mesa consulta o Plenário se fará mais uma Sessão Extraordinária, porque todas as outras Mensagens, que se referem a aumentos de outros Poderes foram aprovadas. E a Mensagem 226/92, aprovado o Substitutivo Geral, nós poderíamos fazer mais uma emenda e submeter amanhã, à redação final.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - O PDT está de acordo em se fazer mais uma Sessão Extraordinária, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aliás, tem mais dois Projetos. O de nº 228/92 e o de nº 229/92, emendas que retiram, também a delegação de Poderes. A Mesa consulta o Plenário se faremos mais uma votação extraordinária. Teve a palavra o Deputado Erondy Silvério, concordando.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O Partido Liberal concorda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 225/92, que reajusta os vencimentos dos Servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.-Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/92, de autoria do PODER JUDICIÁRIO, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.-Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/92, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que reajusta salários dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, e o do pessoal regido pela CLT, do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. com PARECER FAVORÁVEL da C.F.-Apro-

vado o substitutivo geral da C.C.J. artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 229/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - OF. N° 1388/92, que reajusta os níveis de vencimentos dos integrantes do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J. com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo.

Sobre a Mesa, requerimento n° 1328 de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/92.

Levanta-se a sessão.